



(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS

(IN)SOCIAL JUSTICE AND THE MERITOCRATIC FALLACY: A GAME OF MARKED CARDS

(EN) LA JUSTICIA SOCIAL Y LA FALACIA MERITOCRÁTICA: UN JUEGO DE CARTAS MARCADAS

Donato César Almeida Teixeira¹

e432933

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i3.2933>

PUBLICADO: 03/2023

RESUMO

O presente trabalho propõe a retomada do debate sobre preconceito e desigualdade à luz da desconstrução do conceito de meritocracia. O objetivo central do trabalho foi responder à pergunta: “por que o discurso meritocrático se mostra um desserviço à realização da justiça social?”. Adotou-se como método de pesquisa a revisão bibliográfica e a abordagem hipotético-dedutiva. Os objetivos específicos do trabalho foram: entender por que capitalismo, patriarcado e racismo são aspectos de uma mesma estrutura de dominação e como isso impede o bem comum. Conclui-se que a concretização da justiça social não depende apenas de políticas públicas, mas também da crítica às narrativas legitimadoras da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Injustiças sociais. Meritocracia. Narrativas dominantes.

ABSTRACT

The present work proposes the resumption of the debate on prejudice and inequality in the light of the deconstruction of the concept of meritocracy. The main objective of the work was to answer the question: “why does the meritocratic discourse prove to be a disservice to the achievement of social justice?”. The bibliographic review and the hypothetical-deductive approach were adopted as a research method. The specific objectives of the work were: to understand why capitalism, patriarchy and racism are aspects of the same structure of domination and how it impedes the common good. It is concluded that the achievement of social justice does not depend only on public policies, but also on the criticism of narratives that legitimize reality.

KEYWORDS: Social injustices. Meritocracy. Dominant narratives.

RESUMEN

Este artículo propone la reanudación del debate sobre el prejuicio y la desigualdad a la luz de la deconstrucción del concepto de meritocracia. El objetivo central del trabajo era responder a la pregunta: “¿por qué el discurso meritocrático resulta ser un flaco favor a la realización de la justicia social?”. La revisión bibliográfica y el enfoque hipotético-deductivo fueron adoptados como método de investigación. Los objetivos específicos del trabajo fueron: comprender por qué el capitalismo, el patriarcado y el racismo son aspectos de la misma estructura de dominación y cómo esto impide el bien común. Se concluye que la realización de la justicia social no depende sólo de las políticas públicas, sino también de la crítica de las narrativas legitimadoras de la realidad.

PALABRAS CLAVE: Injusticias sociales. Meritocracia. Narrativas dominantes.

¹ Mestrando pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDPSP na área de Direito, Justiça e Desenvolvimento. Pós-graduado lato sensu pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto/SP. Graduado em Direito pelo Centro Universitário UNIFEOB de São João da Boa Vista/SP. Advogado do Convênio de Assistência Judiciária Gratuita mantido entre a Defensoria Pública e a OAB/SP. Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Mococa/SP.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, sobretudo com o advento da Internet e das redes sociais, a palavra meritocracia tem aparecido bastante nos mais diversos debates: desde desempenho nos esportes, passando pelas discussões sobre sistemas de cotas e, não raro, chegando ao próprio discurso político do “nós contra eles”, afinal: quem merece o que e por quê?

No contexto capitalista que vivemos, é bastante comum nos depararmos com narrativas típicas do chamado “sonho americano”, no sentido de que “se você quiser, com dedicação e esforço, você consegue”, o que também é uma forma bastante conveniente para justificar o sucesso e o fracasso das pessoas independentemente de suas circunstâncias.

Todavia, em meio à avalanche de *likes* e de comentários de “você merece todo o sucesso”, apenas para citar um aspecto do discurso meritocrático, fingimos não perceber que todo ressentimento pelas mais diversas injustiças é varrido para debaixo do tapete das inspiradoras histórias de superação promovidas pelo marketing da felicidade.

Gostamos de histórias motivadoras, mas – por motivos que merecem ser perscrutados – não devemos dar tanto crédito a elas. Para cada Pelé ou Muhammad Ali que consegue transpor os muros do racismo esquecemos dos milhares de negros que foram escravizados e ainda hoje são explorados. Para cada Madonna ou Anitta que consegue escapar das amarras do patriarcado, esquecemos que milhares de mulheres precisam a todo momento “mostrar o seu valor”, como se não bastasse séculos de opressão. O que dizer então dos mais diversos grupos minorizados que, sob o julgamento do preconceito, poucas alternativas lhes restam para apenas sobreviver?

O jogo capitalista prega que basta nos esforçarmos o bastante para sermos bem-sucedidos, mas a realidade é bem mais cruel: dificilmente alguém que nasce pobre conseguirá ascender dentro da pirâmide social¹, o que joga por terra todo discurso sobre mérito. A pessoa pode fazer tudo aquilo que estiver ao seu alcance (trabalhar muito, estudar mais ainda, ser absurdamente criativo etc.) e, ainda assim, dar errado. Será que não houve esforço suficiente? Ou será que as circunstâncias foram sobejamente desfavoráveis²?

Este trabalho, ainda que de forma incipiente, convida o leitor a repensar suas crenças, vieses e questionar a “naturalização das arbitrariedades” (BOURDIEU, 1999). As coisas são como são porque realmente merecemos ou seria um insidioso “jogo de cartas marcadas”?

1. UM JOGO FEITO PARA PERDER

“Percebi, ainda, outra coisa debaixo do sol: os velozes nem sempre vencem a corrida; os fortes nem sempre triunfam na guerra; os sábios nem sempre têm

¹ Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568044-o-sonho-americano-morreu-se-voce-nasce-pobre-continuara-pobre>. Acesso: 18 jul. 2022.

² Ilustrando o argumento, há uma tira do cartunista australiano Toby Morris intitulada “On a plate”, que resume de forma brilhante a questão da (des)igualdade de oportunidades. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2015/05/quadrinho-resume-o-porque-de-a-historia-de-que-todo-mundo-tem-as-mesmas-chances-nao-e-tao-verdadeira-assim-2/>. Acesso: 18 jul. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

comida; os prudentes nem sempre são ricos; os instruídos nem sempre têm prestígio; pois o tempo e o acaso afetam a todos.” (Eclesiastes 9:11)³

Gostaria de iniciar contextualizando um clássico conto de Hans Christian Andersen chamado “A Roupas Nova do Rei”⁴. A história é bastante conhecida. Então não me repetirei aqui para ir direto ao ponto: todos estão vendo que o rei está nu, mas ninguém tem coragem de lhe dizer a verdade. Ele mesmo não quer enxergar essa verdade, até que uma criança diz o óbvio. Mas o que isto tem a ver?

Tal qual o conto de fadas, às vezes o óbvio precisa ser dito: ganhar e perder quase sempre não tem relação com justiça e merecimento. E o jogo ao qual nos referimos, para que ninguém se perca nas entrelinhas, não passa de uma metáfora para o mundo capitalista em que vivemos. Então vamos olhar a realidade para além do véu das aparências, começando com o conceito.

Segundo a conhecida enciclopédia virtual, “a palavra “meritocracia” foi utilizada pela primeira vez no livro *The Rise of the Meritocracy* (A ascensão da meritocracia, em tradução livre), de Michael Young (1958), o criador do termo”. Trata-se, portanto de um “neologismo — do latim *mereo* ('ser digno, merecer') e do grego antigo κράτος, transl. *krátos* ('força, poder') — estabelece uma ligação direta entre mérito e poder”⁵.

Assim como as piadas de duplo sentido, o vocábulo é polissêmico: ora pode ser interpretado como um princípio de justiça, ora como um “instrumento ideológico voltado para a manutenção de um sistema político desigual” (op. cit.). Trabalharemos com esta última acepção.

Quando, logo no subtítulo, nos valemos da expressão “um jogo de cartas marcadas” não foi por acaso: precisamos dizer quem está ditando (e quebrando) as regras. É hora de mostrar o rei “que está nu”: as elites do poder que querem que continuemos acreditando na falácia meritocrática, a narrativa que torna os “vencedores arrogantes e os perdedores ressentidos” (SANDEL, 2020).

Ruy Barbosa, ainda em 1919, no célebre discurso “*A Questão Social e Política no Brasil*” já denunciava o sentimento de superioridade da elite política em relação ao povo:

“Se os mandachuvas deste sertão mal roçado, que se chama Brasil, o considerassem habitado, realmente, de uma raça de homens, evidentemente não teriam a petulância de governá-lo por meio de farsanterias, como a com que acabam de arrostar a opinião nacional e a opinião internacional, atirando à cara da primeira o ato de mais violento desprezo, que nunca se ousou contra um povo de mediana consciência e qualquer virilidade.” (BARBOSA, 2010)

Caio Prado Júnior (2006), no magistral “*História Econômica do Brasil*” publicado em 1945, ao abordar a importância da cafeicultura para a economia brasileira, nos explica como se originou esta elite social:

“O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. (...) e na vanguarda deste movimento de

³ Disponível em https://www.bibliam.com/versiculo/eclasiastes_9_11/. Acesso: 19 jul. 2022.

⁴ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Roupa_Nova_do_Rei. Acesso: 19 jul. 2022.

⁵ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Meritocracia>. Acesso: 19 jul. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

açensação, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses.” (PRADO JÚNIOR, 2006, pág. 122-123)

Raymundo Faoro (2001), por sua vez, no sempre revisitado “*Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*” de 1958, se mostrou cirúrgico ao dissecar as características do sistema político do Segundo Reinado, em especial sobre a dinâmica das eleições, demonstrando que a mesma elite econômica também mandava (e ainda manda) na política:

O grau inferior — votantes e eleitores — perde o poder de barganha, em favor de uma camada superior, cuja força advém dos instrumentos compressivos de governo. O modelo estaria próximo da política de clientela, com fundamental distorção autoritária. A pequena comunidade não se vincula ao quadro geral, pela intermediação dos chefes políticos, com a importação de técnicas modernizantes, senão que se subordina, passivamente, aos padrões vindos de fora. Configurava-se o que José de Alencar denominou a “extorsão da soberania popular”. (FAORO, 2001, p. 441)

Jessé Souza (2019), festejado sociólogo dos dias atuais, doravante chamará esta classe privilegiada de “elite do atraso”:

“O que tem de ser explicado aqui é como a elite do dinheiro, que detém o capital econômico e, por conta disso, manda na economia, passa a mandar de modo indireto também no mundo social e político pela construção, colonizada pelo dinheiro, da opinião pública. Essa elite precisa travestir seus interesses de proprietário em suposto interesse geral para garantir o controle da reprodução social mantendo seus privilégios.” (SOUZA, 2019, p. 128)

Com efeito, estando a política também nas mãos da elite econômica, é natural que ela busque legitimar seus próprios privilégios, como bem-dito por Jessé Souza (2019), na passagem anterior: “travestir seus interesses de proprietário em suposto interesse geral”. Este autor ainda acrescenta:

“Por conta disso, quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo. E também por isso, as ideias dominantes são sempre produto das elites dominantes. É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece de acordo com seus interesses.” (SOUZA, 2019, p. 28)

Bem, qual seria a consequência inevitável deste raciocínio? Reposta não tão óbvia: a criação de mecanismos que garantissem que todos continuem aceitando as coisas como estão, ou seja, um jogo em que somente os poderosos ganham. É a “naturalização da arbitrariedade” da qual já nos falava Pierre Bourdieu (1999).

Então exatamente como as elites econômicas se valem do discurso meritocrático para defender seus interesses?

Michael Sandel (2020), professor e filósofo conhecido pelo instigante curso *Justice* que ministra na Universidade de Harvard desde a década de 1980, nos dá uma pista:

“Uma sociedade meritocrática, portanto, é duplamente inspiradora: ela afirma uma noção potente de liberdade e dá às pessoas o que elas conquistaram por conta



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

própria e, logo, merecem. Apesar de inspiradora, o princípio do mérito pode tomar caminhos tiranos, não somente quando as sociedades não conseguem ser fiéis a ele, mas também – na verdade, sobretudo – quando conseguem. O lado negativo do ideal meritocrático está embutido em sua promessa mais sedutora, a de domínio e a de vencer pelo próprio esforço. Essa promessa vem com um fardo difícil de carregar. O ideal meritocrático coloca um peso grande na concepção de responsabilidade pessoal. Responsabilizar as pessoas pelas coisas que elas fazem é bom, até certo ponto. Respeita a capacidade delas de pensar e agir por elas mesmas, como agentes morais e cidadãos. Mas uma coisa é responsabilizá-las por agirem de acordo com a moral; outra coisa é pressupor que somos, cada um de nós, totalmente responsáveis por nossa sina. Até mesmo a expressão “nossa sina” utiliza um vocabulário moral que sugere certos limites para uma responsabilidade irrestrita. Falar sobre a “sina” de alguém sugere a determinação de sinas, um resultado determinado por destino, sorte ou providência divina, não nosso esforço. Indica, para além de mérito e escolha, o âmbito da sorte e do acaso ou, em alguns casos, da graça. Isso nos faz lembrar que os primeiros debates mais significativos sobre mérito não eram sobre renda nem emprego, mas sobre graça divina: isso é algo que conquistamos ou que recebemos como dádiva?” (SANDEL, 2020)

Façamos um exercício de imaginação apenas para ilustrar: se a pessoa nasce rica ou pobre muitos dirão que foi sorte, azar ou “vontade de Deus”. Se a pessoa é rica e consegue algo mais, ela dirá que mereceu, pois se “esforçou” para isso. Todavia, ela não irá considerar os privilégios que facilitaram suas conquistas, pois realmente acredita que já os merecia (já que nasceu com eles). Por outro lado, se a pessoa é pobre e, apesar dos seus esforços, pouco ou nada conseguiu, mesmo frustrada ela acabará por se conformar (já que largou muito atrás na “corrida da vida”).

Sermões de teologia da prosperidade à parte, o que se esconde sob a pele do discurso meritocrático é algo muito mais grave do que a construção de uma simples narrativa.

2. AS REGRAS QUE NÃO SÃO CONTADAS

“Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado.” (George Orwell em “1984”)

Tomaremos emprestados da socióloga Heleieth Saffioti alguns conceitos para construir nosso “tabuleiro do jogo meritocrático”. Esta autora desenvolveu uma abordagem teórica que explica as relações sociais a partir de uma simbiose entre três sistemas de dominação-exploração: patriarcado-racismo-capitalismo, que formariam uma espécie de “nó” de contradições (KALSING, 2020).

Explicando a metáfora proposta por Saffioti, Kalsing (2020) argumenta que:

“O nó formaria uma nova realidade, apresentando uma contradição própria, e seria constituído pelas três subestruturas: gênero, raça/etnia e classe social, já que é presidido por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado” (KALSING, 2020)

Esta lógica parece ter relação com o conceito de interseccionalidade proposto por Sirma Bilge *apud* Hirata (2014):

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Graças a este conceito podemos visualizar nosso tabuleiro fictício composto por três planos (capitalismo-patriarcado-racismo) que interagem entre si (ligados pelas estradas do preconceito), ora facilitando ora dificultando a situação dos jogadores, conforme os atributos previamente distribuídos a cada um pelas casualidades da vida.

Teceremos alguns comentários sobre cada um destes planos, ora conjunta ora isoladamente, relacionando-os com o discurso meritocrático.

Começando pelo plano capitalista, nossos “jogadores de mentirinha” têm várias tarefas a cumprir: ter o que comer, o que vestir, onde morar, contas a pagar etc. Nesse plano as “regras não contadas” dizem respeito à consciência de classe, ou seja, se você começa o jogo como burguês rico ou proletário pobre.

Mark Fisher (2020), ao tecer sua crítica ao capitalismo/neoliberalismo, indiretamente nos deu uma pista de como a participação do pobre neste plano está mais para figurante do que protagonista:

"O realismo capitalista é uma expressão da decomposição de classe, e uma consequência da desintegração da consciência de classe. Fundamentalmente, o neoliberalismo deve ser visto como um projeto que buscava atingir este fim. Seu compromisso – pelo menos não na prática – não era libertar os mercados do controle estatal. Tratava-se, na verdade, de subordinar o Estado ao poder do capital. Como David Harvey defende incansavelmente, o neoliberalismo foi um projeto político cujo objetivo era reafirmar o poder de classe." (FISHER, 2020)

Do ponto de vista meritocrático, por que nos parece mais fácil nos simpatizarmos com o pobre que – “com bicos” – conseguiu colocar comida em casa do que com o rico que – “com novos empreendimentos” – trocou seu SUV do ano anterior? Deixaremos esta reflexão para o leitor, pois precisamos prosseguir para o plano do patriarcado.

Patriarcado, basicamente, se trata de um sistema de organização social no qual o homem tem preeminência em relação à mulher, abrangendo relações desde o âmbito familiar, econômico, moral e político⁶, donde podemos inferir que, neste contexto, é mais vantajoso nascer do sexo masculino do que do sexo feminino.

Gerda Lerner (2019) sintetiza esta dinâmica de forma brilhante:

"Homens e mulheres vivem em um palco no qual desempenham seus papéis designados, ambos de igual importância. A peça não pode prosseguir sem os dois tipos de atores. Nenhum deles “contribui” mais ou menos para o conjunto; nenhum é secundário nem dispensável. Mas o cenário é concebido, pintado e definido por homens. Homens escreveram a peça, dirigiram o espetáculo, interpretaram os significados da ação. Eles se auto-escalaram para os papéis mais interessantes e heroicos, deixando para as mulheres os papéis de coadjuvante. Conforme as mulheres tomam consciência da diferença na forma como se encaixam na peça, pedem mais igualdade na distribuição de papéis. Elas ofuscam a atuação dos homens algumas vezes; em outras, substituem um ator que faltou. Por fim, com

⁶ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Patriarcado>. Acesso: 20 jul. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

muito esforço, as mulheres ganham o direito ao acesso à distribuição igual de papéis, mas antes precisam “se qualificar.” (LERNER, 2019)

Mário Sérgio Cortella e Janete Leão Ferraz (2020), complementando, nos dão um bom exemplo de como a narrativa patriarcal contribui para formar nossos vieses⁷:

"Muitos da minha geração foram alfabetizados por uma cartilha chamada Caminho Suave, difundida em larga escala no Brasil. Lá pelas tantas, na cartilha havia o desenho de uma família. O pai, sentado na poltrona lendo um jornal. Atrás, em pé, a mãe, de avental sobre o vestido, segurando uma bandeja com cafezinho. De um lado, um menino brincando com um caminhãozinho, de outro, uma menina com uma boneca. Ora, não se pode dizer que a autora Branca Alves de Lima tivesse a má intenção de estabelecer que “homens leem e mulheres servem”. O que ela fez à época foi expressar um preconceito que não era maléfico na intenção, mas o foi no resultado. Ela produziu o que chamamos de “erro honesto”. A intenção não era negativa, mas é um erro, à medida que induz ao preconceito.” (CORTELLA; FERRAZ, 2020)

No plano do patriarcado os jogadores tentam entender como são definidos seus papéis e como isso afeta o exercício de seus direitos. Nesse plano as “regras não contadas” dizem respeito às questões de gênero, sendo oportuno lembrar que elas não se restringem ao binarismo homem-mulher⁸.

Nesse sentido, fazendo um adendo, cumpre-nos consignar que:

“Os preconceitos, discriminações, intolerâncias e ódios que atingem travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, segundo os autores, decorrem do questionamento das ordens sexuais e de gênero por estes indivíduos, mas as violências sofridas por essas identidades, não podem ser equiparadas, a priori. Assim, a intolerância sofrida por gays, “não é da mesma ordem que a intolerância que atingem lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista)” (MELLO et al., 2012, p. 100-101). Da mesma forma que as violências que atingem travestis e transexuais, “cuja existência ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, o que as torna vítimas preferenciais do terrorismo de gênero” (idem).” (GONZAGA; GALLA, 2019).

Em outras palavras, a comunidade LGBTQIAP+ é minorizada pelo patriarcado ainda mais que as próprias mulheres cisgênero⁹, o que coloca essas pessoas em uma situação extremamente precária dentro do jogo (que é controlado por homens brancos ricos e cis¹⁰).

Avançando para o plano do racismo, todos os problemas narrados anteriormente tomam outra dimensão e a opressão nos parece ainda mais sórdida, já que remonta a um passado bastante distante:

“Se algo caracteriza a nossa era, em todo o planeta, é a presença do racismo fenotípico intenso. Os seres humanos que classificamos como caucasianos, isto é, de pele clara, olhos claros, cabelos lisos e narizes finos - enfim, os “brancos” ocidentais, europeus em geral e muito particularmente os anglo-saxões - definiram um padrão de valor e beleza para toda a espécie humana e o impuseram (antes a

⁷ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/V%C3%A9s>. Acesso: 20 jul. 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2016/06/nova-york-agora-reconhece-31-diferentes-tipos-de-genero/>. Acesso: 20 jul. 2022.

⁹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cisgeneridade>. Acesso: 21 jul. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-coitadismo-de-heteros-brancos-e-homens/>. Acesso: 21 jul. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

ferro e fogo e atualmente através da indústria cultural e do controle político e financeiro) a todo o resto do mundo. Essa imposição começou no séc. XVI, quando os europeus conquistaram a América e consolidaram o tráfico de escravos da África para o Novo Mundo. A partir daí, a combinação de escravidão, colonialismo e capitalismo marcou a imagem do homem branco ocidental como superior aos não-brancos (que começaram a ver-se como não-brancos) dos demais continentes." (CARVALHO, 2008)

Sílvio Luiz de Almeida (2019), citando a icônica obra de Hamilton e Kwane (*Black Power: Politics of Liberation in America*, 1967), nos explica algumas acepções sob as quais o racismo se manifesta:

"Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam cinco crianças negras, isso é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando nessa mesma cidade – Birmingham, Alabama – quinhentos bebês negros morrem a cada ano por causa da falta de comida adequada, abrigos e instalações médicas, e outros milhares são destruídos e mutilados física, emocional e intelectualmente por causa das condições de pobreza e discriminação, na comunidade negra, isso é uma função do racismo institucional. Quando uma família negra se muda para uma casa em um bairro branco e é apedrejada, queimada ou expulsa, eles são vítimas de um ato manifesto de racismo individual que muitas pessoas condenarão – pelo menos em palavras. Mas é o racismo institucional que mantém os negros presos em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios." (ALMEIDA, 2019)

E aqui chegamos à última “regra não contada” do jogo meritocrático: em maior ou menor grau as pessoas manifestam algum tipo de racismo¹¹:

"Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista." (ALMEIDA, 2019)

Tecidas estas considerações, como o sistema capitalismo-patriarcado-racismo estaria então relacionado com o discurso meritocrático?

Michael Sandel (2020), narrando o caso de pais abastados que davam um jeito de comprar vagas nas universidades para seus filhos (preferencialmente sem que eles soubessem), parece tocar no ponto nevrálgico:

"Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral. Em uma sociedade de meritocracia, isso significa que os vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso através do próprio talento e empenho." (SANDEL, 2020)

¹¹ Convidamos o leitor a assistir ao vídeo “Doll Test”, um experimento psicológico feito para demonstrar os efeitos do racismo em crianças. A desconstrução do preconceito é mais importante do que se imagina. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CdoqgmNB9JE&ab_channel=Fanpage.it. Acesso: 21 jul. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (2007), ao tratar das expectativas do sistema de ensino, já denunciava esta narrativa do talento que certamente contribui para a baixíssima mobilidade social no sistema de dominação capitalista:

Além de permitir a elite se justificar de ser o que é, a 'ideologia do dom', chave do sistema escolar e do sistema social, contribui para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assinala, levando-os a perceber como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social à sua natureza individual e à sua falta de dons. O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons" (BOURDIEU, 2007, p. 58-59)

Como no capitalismo, teoricamente, tudo pode ser precificado, podemos afirmar que o próprio mérito poderia ser leiloado. Não teria sido Nelson Rodrigues quem disse que "o dinheiro compra até o amor verdadeiro"¹²? "Quem sabe o mal que esconde nos corações humanos?" – diria o clássico Sombra¹³. Onde estaria o verdadeiro mérito então?

3. REAJUSTANDO O TABULEIRO

"...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza." (Boaventura de Souza Santos, 2003)

Dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, que se constitui em um Estado Democrático de Direito, está construir uma sociedade justa, livre e solidária, sem pobreza, sem preconceito e tantas desigualdades, almejando o bem de todos¹⁴, o que nos predispõe a um cauteloso ceticismo quanto à responsividade política.

Nesse sentido, Nancy Fraser (2002) dá a entender que nenhuma democracia legítima é possível sem que sejam mitigadas injustiças sociais que, fatalmente, excluem parte considerável do povo de participar das decisões políticas e também ser merecedora do bem-estar:

Com este propósito, proponho o princípio de *paridade de participação*, segundo o qual a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir entre si como *pares*. São necessárias pelo menos duas condições para que a paridade participativa seja possível. Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e "voz" dos participantes. Esta condição impede a existência de formas e níveis de dependência e desigualdade econômicas que constituem obstáculos à paridade de participação. Estão excluídos, portanto, arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as flagrantes disparidades de riqueza, rendimento e tempo de lazer que negam a alguns os meios e as oportunidades de interagir com outros como pares. Em contraponto, a segunda condição para a paridade participativa requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os

¹² Disponível em: <https://osmelhoreslivros.com.br/livros-de-nelson-rodrigues/>. Acesso: 21 jul. 2022.

¹³ Disponível em: <http://www.radionors.jor.br/2013/07/quem-sabe-o-mal-que-se-esconde-nos-coracoes-humanos.html>. Acesso: 22 jul. 2022.

¹⁴ Art. 3º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 21 jul. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social. (FRASER, 2002)

Quando anteriormente abordamos a questão do sistema de dominação capitalista-patriarcal-racista e sua relação com um suposto jogo de “lute para merecer o que você quer ter” foi para justamente dizer que não há mérito algum para aqueles que jogaram o jogo conforme as regras criadas por si mesmos, pois nunca houve paridade entre os jogadores.

O fato de existir pessoas realmente talentosas que, às vezes, rompem as barreiras do preconceito (seja marcando 1000 gols ou um monte de home runs no beisebol) para ser reconhecidas por todos não é algo necessariamente bom e Sandel (2020) enfatiza:

"Ninguém deveria ficar preso à base ou estabelecido no topo, devido a preconceito ou privilégio. O que importa para uma meritocracia é que todo mundo tenha uma oportunidade igual para subir as escadas do sucesso; não há nada a dizer sobre qual deveria ser a distância entre os degraus da escada. O ideal meritocrático não é remédio para desigualdade; ele é justificativa para desigualdade." (SANDEL, 2020)

Então o que poderíamos fazer para “reajustar as peças desse jogo”, de modo a proporcionar maior igualdade de oportunidades aos grupos minorizados pelo sistema capitalista-patriarcal-racista?

Pessoas sensatas poderiam falar na implementação de políticas públicas inclusivas (como sistemas de cotas, renda mínima, subsídios do governo, dentre outras), mas ainda faltaria algo. Vejamos:

"Em vez de corrigir as condições das quais as pessoas querem sair, construímos políticas que tornam a mobilidade resposta para a desigualdade. Quebrar barreiras é uma coisa boa. Ninguém deveria ser impedido pela pobreza ou pelo preconceito. Mas uma sociedade boa não pode ser fundamentada somente na promessa de liberdade. Focar somente, ou principalmente, em ascensão faz pouca coisa pelo cultivo dos laços sociais e do apego cívico que a democracia exige. Até mesmo uma sociedade mais bem-sucedida do que a nossa em proporcionar mobilidade ascendente precisaria encontrar modos de possibilitar que as pessoas que não ascendem prosperem no lugar onde estão e se enxerguem como membros de um projeto em comum. Quando não fazemos isso, dificultamos a vida das pessoas que não têm credenciais meritocráticas e as fazemos duvidar de seu pertencimento." (SANDEL, 2020)

Friedrich Müller (2000), ao dissertar sobre as diversas acepções do conceito de povo, reconhece que – para a integração de todo o povo na democracia (do qual o sentimento de pertencimento é inerente) – é preciso atacar as desigualdades em sua origem:

“É mister, antes de mais nada, atacar as fontes do poder oligárquico, as quais se encontram na própria estrutura das relações econômicas e sociais, notadamente as restrições práticas à instrução popular e o monopólio dos meios de comunicação de massa em mãos da minoria dominante.” (MÜLLER, 2000)

A nosso ver, a questão vai muito além da simples redistribuição de renda e se trata de um problema de conscientização global da injustiça e do preconceito. E também não adianta ações



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

afirmativas quando elas ainda geram arrogância de quem é privilegiado e ressentimento de quem é marginalizado:

"O racismo não é um problema exclusivo de negros, nem o machismo uma barreira imposta apenas ao universo feminino, tampouco a homofobia é uma ameaça somente a pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. Nessa hora, vale lembrar que não existe liberdade individual. A minha liberdade não acaba quando começa a do outro, mas sim, quando acaba a do outro." (CORTELLA; FERRAZ, 2020)

4. MÉTODO

Adotando-se o método hipotético-dedutivo, segundo as acepções descritas por Marconi e Lakatos (2003), inicialmente identificamos que, embora muito se fale em políticas de inclusão como mecanismo de mitigação de injustiças sociais, ainda paira desconfiança e resistência por parte de uma parcela da sociedade que se identifica com a falácia do discurso meritocrático (P1) e propusemos como teoria-tentativa a existência de um jogo "de cartas marcadas", no sentido de que dificilmente podemos vencer (TT).

Ao criticar essa solução provisória (EE), não conseguimos invalidar a afirmação de que o discurso meritocrático, no contexto de três sistemas de dominação conjugados (patriarcado-racismo-capitalismo), é ilusório e apenas serve para tentar legitimar a narrativa criada pelas elites econômicas, as mesmas que desdenham quando o filho da empregada doméstica entra na faculdade de medicina e não gostam quando "pobre vai para a Disney", apenas para citar alguns exemplos grotescos de opressão.

Assim, sendo bem-sucedidos na primeira empreita, o próximo problema seria gerar a conscientização de classes e o questionamento das narrativas legitimadoras da dominação (P2), conforme o método escolhido:

Para Karl R. Popper, o método científico parte de um problema (P1), ao qual se oferecesse uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa (TT), passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro (EE) e, tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas (P2). (MARCONI; LAKATOS, 2003).

5. CONSIDERAÇÕES

Nós vimos que o discurso do mérito utilizado para justificar porque existem vencedores e perdedores na sociedade é equivocado e mal-intencionado. Equivocado porque desconsidera as diferenças de contextos e de oportunidades; mal-intencionado porque tenta naturalizar um sistema de dominação que privilegia apenas uma pequena, porém poderosa, elite econômica.

Em outras palavras, as desigualdades sociais não estão ligadas à questão de as pessoas terem ou não talento para serem materialmente bem-sucedidas e sim à própria estrutura capitalista-patriarcal-racista que dita as "regras do jogo", prejudicando determinadas categorias de pessoas mais do que outras.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
Donato César Almeida Teixeira

Com efeito, não há igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; ricos e pobres; brancos e negros, apenas para citar alguns exemplos. Então como afirmar que há mérito em uma situação em que a isonomia é deixada de lado?

Então percebemos que, ainda que realizemos ações afirmativas e inclusivas, ainda permanece o ranço do preconceito, o mesmo que se revela na arrogância de quem é privilegiado (e se acha merecedor de sua boa sorte) e no ressentimento de quem, por ser marginalizado, inevitavelmente fracassa (pois as condições são feitas para isso).

Aqui é preciso enfatizar que não estamos pregando a existência ou a criação de uma sociedade utópica de anjos, mas de uma sociedade mais consciente das injustiças que ela mesma perpetra contra si e que seja capaz de manifestar empatia com quem é vítima de tais injustiças.

Nesse sentido, precisamos entender o que causa o preconceito e por que ele deve ser combatido:

"E em Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire levanta algo de que não podemos esquecer: o preconceito torna vítima aquele que sofre e o autor também. Porque se o preconceito humilha a vítima, ele diminui a dignidade do opressor." (CORTELLA; FERRAZ, 2020).

Se este humilde trabalho fizer o leitor refletir sobre o quanto também somos privilegiados sem saber, então terá alcançado seu objetivo. Toda narrativa construída ao longo da história para tentar justificar a ordem natural das coisas está aí para ser questionada. Dogmas não deveriam nos escravizar.

Finalmente, de Martin Luther King a Nelson Mandela, de Madre Teresa de Calcutá a Malala Youzafzai, de John Lennon a Renato Russo, todos sonham com um mundo mais feliz. Então também permito-me sonhar com um mundo em que amor e merecimento não pudessem ser comprados, pois haveria em abundância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Col. Feminismos Plurais. Coord. Djamilia Ribeiro).

BARBOSA, Ruy. **A questão social e política no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010. 77 p. ISBN 978-85-7982-074-8. <http://books.scielo.org>. Acesso em 17 maio 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organizadores: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 41-64.

CARVALHO, José Jorge de. Racismo fenotípico e estética da segunda pele. **Revista Cinética**, 2008. ISSN 1983-0343. Disponível em: <https://silo.tips/download/racismo-fenotipico-e-esteticas-da-segunda-pele#>. Acesso: 21 jul. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

(IN)JUSTIÇA SOCIAL E A FALÁCIA MERITOCRÁTICA: UM JOGO DE CARTAS MARCADAS
 Donato César Almeida Teixeira

CORTELLA, Mário Sérgio; FERRAZ, Janete Leão. **A diversidade**: aprendendo a ser humano. São Paulo: Littera, 2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GONZAGA, Taynan Matheus Souza; GALLAS, Ana Kelma Cunha. O retrocesso no combate da LGBTfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar. **Filos. e Educ.**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 281-289, maio/ago. 2019. ISSN 1984-9605. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/download/8655345/22221/67627>. Acesso em: 21 jul. 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social** [online], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. ISSN 1809-4554. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

KALSING, Vera Simone Schaefer. O novo patriarcado-racismo-capitalismo e a consubstancialidade das relações sociais. In: **Seminário Internacional Gêneros e Interdisciplinaridade**. Brasília: UNB, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43884/1/LIVRO_SeminarioInternacionalGeneros.pdf. Acesso: 20 jul. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo?**: a questão fundamental da democracia. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Tradução: Bhuvil Libanio. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. (versão Kindle).